

Resenha do livro “As causas do atraso português”, de Nuno Palma^{*}

Michel Deliberali MARSON¹

michelmdm@ita.br |  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8108-2914>

Resumo

O livro de Nuno Palma busca explicar por que Portugal é pobre em relação à Europa, apesar de ter tido uma trajetória favorável no século XVII. A tese central é que a extração e envio do ouro brasileiro no século XVIII agiu como uma “maldição dos recursos”. Este fluxo de ouro teria causado uma apreciação cambial e um aumento dos preços internos, levando à desindustrialização e perda de competitividade. A resenha argumenta que a interpretação de Palma sobre o impacto negativo do ouro do Brasil para a indústria portuguesa parece fazer mais sentido para a primeira metade do século XVIII e não para todo o século ou período posterior. Palma não menciona o aumento do comércio colonial no final do século XVIII e início do século XIX e assim não considera sua importância para o fomento da indústria em Portugal. O autor argumenta que o Império não enriqueceu Portugal significativamente e defende que as políticas do Marquês de Pombal foram desastrosas, principalmente a expulsão dos jesuítas, que atrasou a educação, o principal entrave para o desenvolvimento. O crescimento econômico moderno português parece ter ocorrido apenas entre 1950 e 2000, impulsionado pela industrialização, alfabetização e integração europeia. A resenha argumenta que a tardia transição demográfica em Portugal poderia ser investigada como hipótese do atraso português.

Palavras-chave

Ouro brasileiro, Maldição de recursos, Atraso econômico.

Review of the book “The causes of Portuguese backwardness”, by Nuno Palma

Abstract

Nuno Palma's book seeks to explain why Portugal is poor in relation to Europe, despite having had a favourable trajectory in the 17th century. The central thesis of this study is that the extraction and shipment of Brazilian gold in the 18th century acted as a 'resource curse'. This influx of gold precipitated a cycle of currency appreciation and domestic price inflation, culmi-

^{*} Agradeço pelos comentários e sugestões de Thiago Fontelas Rosado Gambi e Bruno Aidar Costa. Agradeço também as sugestões da editora associada Molly C. Ball.

¹ Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Divisão de Ciências Fundamentais, Departamento de Gestão e Apoio à Decisão, São José dos Campos, SP, Brasil.
Recebido: 30/04/2024.
Revisado: 30/07/2025.
Aceito: 25/09/2025.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-53575616mdm>



This Article is Distributed Under the Terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License.

nating in deindustrialisation and a decline in competitiveness. The review hypothesises that Palma’s interpretation of the negative impact of Brazilian gold on Portuguese industry appears to be more applicable to the first half of the 18th century than to the entire century, or the subsequent period. Palma’s analysis does not address the significant rise in colonial trade during the late 18th and early 19th centuries, thereby overlooking its pivotal role in the development of Portuguese industry. The author puts forward the argument that the Empire did not make a significant contribution to the economic prosperity of Portugal. Moreover, the policies enacted by the Marquis of Pombal proved to be detrimental, particularly the expulsion of the Jesuits, which hindered advancements in education, a fundamental element in the pursuit of development. The modern economic growth of Portugal appears to have occurred exclusively between 1950 and 2000, driven by industrialisation, literacy, and European integration. The review hypothesises that the late demographic transition in Portugal could be a contributing factor to the country’s underperformance.

Keywords

Brazilian gold, Resource curse, Economic backwardness.

JEL Classification

O11, N10, N30.

Palma, Nuno Pedro Gonçalves. *As Causas do Atraso Português: repensar o passado para reinventar o presente*. Alfragide: Dom Quixote, 2023. 3ª. edição (revista e atualizada): janeiro de 2024 (reimpressão).

O objetivo do livro de Nuno Palma¹ é entender as causas de Portugal ser rico relativamente ao mundo, mas pobre em relação à Europa. O livro tem um forte diálogo com a sociedade portuguesa atual, direcionado a uma clara audiência: a população portuguesa em geral, a classe política e acadêmica. No entanto, pode ser de interesse para a sociedade e academia brasileira, já que o livro coloca o Brasil (e seu ouro) como central na explicação do atraso português.

Na introdução, o autor afirma que o atraso de Portugal no contexto europeu não é recente. Em meados do século XIX, o país era um dos mais pobres da Europa, ao contrário de séculos anteriores. A tese central do livro é que Portugal estava em trajetória histórica favorável na segunda metade do século XVII e tudo mudou com a descoberta das minas de ouro no Brasil.

¹ Nuno Pedro Gonçalves Palma, *As causas do atraso português: repensar o passado para reinventar o presente*, 3ª ed., revista e atualizada (Alfragide: Dom Quixote, 2024).

O livro está estruturado em duas partes. A primeira é uma descrição da evolução da sociedade e da economia nos períodos finais da Idade Média até o início do século XIX, tratando de temas sobre população e território, instituições políticas e economia. A segunda parte é a interpretação e, portanto, menos descritiva, de períodos contemporâneos. O livro tenta esclarecer, segundo o autor, alguns mitos sobre a história de Portugal. O primeiro mito seria a importância do Império para o desenvolvimento de Portugal, que nunca teria enriquecido o país de forma significativa (capítulo 4). No capítulo 5, o autor mostra que a cultura e a religião não são fatores importantes para explicar o atraso português, mito embutido na interpretação de Antero de Quental 1871 e outros republicanos. O desenvolvimento da tese central do livro ocorre no capítulo 6, que explica como o ouro do Brasil durante o século XVIII foi uma espécie de “maldição dos recursos”. O século XIX é tratado no capítulo 7, que mostra que o período da Monarquia Liberal foi de fraco desempenho econômico, assim como a Primeira República também não teve êxito no desenvolvimento do país (capítulo 8). O capítulo 9 explica os fatores que influenciaram o desenvolvimento do país e sua convergência com os demais países da Europa a partir do final do Estado Novo. Por fim, o capítulo 10 interpreta a situação contemporânea do país.

Na parte 1, o capítulo 3 é o mais essencial, por tratar do comportamento da economia portuguesa ao longo dos séculos. O capítulo mostra que, em meados do século XVIII, o rendimento médio por pessoa em Portugal era elevado relativamente aos demais países da Europa, mas com acentuado declínio nas décadas seguintes. Portugal seria o país mais pobre da Europa Ocidental em meados do século XIX. Algo aconteceu entre o final dos setecentos e início dos oitocentos que impactou fortemente Portugal. O autor afirma que nem o Terremoto de 1755, que não esteve associado a um declínio imediato da economia, nem as Invasões Francesas, iniciadas em 1807, explicam o atraso.

Uma interpretação que não é desenvolvida no livro e que parece interessante é se em Portugal a economia malthusiana foi reforçada ou estendida até meados do século XX. De fato, no capítulo sobre população, o autor afirma que a transição demográfica ocorreu por volta da década de 1950.² A transição demográfica tardia em relação aos países desenvolvidos europeus, com queda na taxa de mortalidade inicialmente e depois na taxa de fecundidade, poderia ter sido uma hipótese verificada também pelo autor

² Ibid., 33, 39.

para explicar o atraso português. É o que parece indicar a Figura 7,³ que mostra a aceleração do PIB per capita português em meados do século XX, com a transição demográfica.

Os resultados da Figura 7 são reforçados pela Tabela 2,⁴ com a análise comparativa entre Portugal, Inglaterra, Holanda, França, Alemanha, Suécia, Itália e Espanha. O autor levanta duas observações: a Inglaterra, após uma estagnação, tem uma aceleração do PIB per capita no século XVII; França e Alemanha crescem de forma sustentada no século XIX, concluindo assim que Portugal não era tão pobre relativamente antes do século XIX, sendo até rico relativamente em meados do século XVIII. No final do capítulo, o autor confirma que o milagre econômico (e crescimento econômico moderno, autossustentado) de Portugal ocorreu entre 1950 e 2000, com o rendimento per capita multiplicado por 7.⁵

Na parte 2, o essencial para o diálogo com a audiência brasileira são os capítulos 4 e 6, em que se apresenta a explicação central do livro sobre o atraso português. O capítulo 4, “Expansão e Império”, dedica-se a verificar se Portugal ganhou ou perdeu com o Império. Para Portugal, segundo o autor, o impacto econômico do Império foi relativamente pequeno nos séculos XVI e XVII e no século XVIII teria sido uma maldição.⁶ O comércio com o oriente tinha custos e riscos e sua alta lucratividade era apenas ilusória.⁷ Portugal nunca teria ficado rico devido ao Império. Sobre o peso do Império na economia, o indicador do comércio intercontinental era pequeno para Portugal até 1600. No século XVIII, o Brasil foi elevando sua importância para a economia portuguesa como nunca aconteceu com o Império no oriente. Entre meados e finais do século XVIII, Lisboa era uma das mais ricas e maiores (a quarta no final do século, atrás de Nápoles, Paris e Londres) cidades da Europa,⁸ situação que não iria manter-se.

Voltando para os resultados do capítulo 3, parece que a culpa pelo atraso não é exclusivamente do ouro do Brasil, mas que ele não foi suficiente para levar Portugal a romper as amarras da armadilha malthusiana, ou seja, promover o crescimento econômico sustentado. Este fato explica, de certa forma, Lisboa ser uma das maiores cidades em termos de população da

³ Ibid., 67.

⁴ Ibid., 73.

⁵ Ibid., 75.

⁶ Ibid., 80.

⁷ Ibid., 85.

⁸ Ibid., 88.

Europa no final do século XVIII, características da economia pré-moderna, na qual o crescimento da renda no curto prazo resulta em aumento da população, que consumiria a renda posteriormente.

O capítulo 6, “A maldição dourada”, é central para a tese do livro e um dos mais polêmicos. O autor enfatiza que, apesar do ouro do Brasil ter aumentado o rendimento per capita no curto prazo, a consequência no longo prazo foi ruim, já que enriqueceu primeiramente os portugueses que remetiam fundos para Portugal e os que no Brasil compravam bens da metrópole. O fluxo de ouro enviado para Portugal teria aumentado os rendimentos pessoais de cerca de duas mil pessoas, além do rei, e resultou em aumento de preços internos relativamente aos externos. Assim, os incentivos econômicos se direcionaram para o aumento da importação em Portugal devido ao barateamento das importações em relação aos bens do mercado interno, resultando em declínio da indústria e dificuldade com as exportações, além de aumento do poder político centralizado na Coroa, já que com o ouro as relações de poder diminuiriam para as Cortes.⁹ Palma compara o atraso de Portugal com o da Espanha, ambos teriam sido decorrentes do mesmo fator, apesar de terem ocorrido em momentos diferentes: o fluxo de metal precioso.

Para Palma, a prata enviada das Américas para a Espanha e o ouro para Portugal teriam gerado uma “maldição de recursos”. O fluxo de recursos teria elevado os preços domésticos dos bens dessas regiões, dificultando a exportação e facilitando as importações por causa da apreciação cambial. Assim, teria ocorrido uma perda de competitividade da indústria e das exportações desses países. A economia foi orientada para o consumo e não para a produção. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais em 1694, a produção e envio do ouro em forma de moeda para Portugal de cerca de quatro toneladas por ano nas duas primeiras décadas do século XVIII, dez toneladas por ano na década de 1720 e quatorze toneladas por ano nas próximas três décadas promoveram a elevação do rendimento no curto prazo. No longo prazo as moedas de ouro saíam do país, utilizadas para importações. A economia portuguesa começou a estagnar em meados do século XVIII e depois regrediu em termos relativos e absolutos. O autor mostra o desenvolvimento industrial português nas três últimas décadas do século XVII.¹⁰ Em 1680, Portugal tinha uma indústria autossuficiente para o país e as colônias, exportando têxteis para Castela. Palma sugere

⁹ Ibid., 119-120.

¹⁰ Ibid., 133-137.

que a expansão industrial de Portugal nas últimas décadas do século XVII teria continuado sem a “maldição de recursos” do ouro brasileiro, já que na primeira metade do século XVIII a indústria portuguesa entraria em crise, perdendo competitividade e se desindustrializando.¹¹

O fluxo de ouro permitiu que Portugal importasse, principalmente da Inglaterra, bens mais caros do que exportava, pagando o déficit com o ouro do Brasil e perdendo a oportunidade de promover a sua Revolução Industrial. O tratado de Methuen de 1703 teria sido apenas o mecanismo, sendo a principal causa do déficit o fluxo de ouro. Neste ponto o leitor brasileiro ficará surpreso por não encontrar referências à tradicional e divergente literatura brasileira que relaciona a colonização portuguesa com o atraso econômico do Brasil e de Portugal, presente nos trabalhos de Prado Jr. 2000; Furtado 2000; Novais 1983; Arruda 1980; Fragoso e Florentino 1993; Fragoso 1998, entre outros.

Palma sustenta que o ouro induziu um aumento de preços dos produtos não transacionáveis em relação aos transacionáveis de cerca de 30% ao longo do século XVIII, agravando o déficit comercial e prejudicando a indústria portuguesa. Afirma que todas as fábricas tinham falido em 1750, sobrevivendo apenas as subsidiadas. Relata as dificuldades da indústria no terceiro quarto do século XVIII e conclui que as políticas de Pombal surtiram pouco efeito. Considera pouco relevante o aumento das fábricas de meados do século XVIII até o início do século XIX. No entanto, o autor não menciona o aumento do comércio colonial no final do século XVIII e início do século XIX e assim não considera sua importância para o fomento da indústria em Portugal. Essas iniciativas não teriam resultado em industrialização e o autor parece sinalizar que a indústria em Portugal era mais robusta no final do século XVII do que no século XVIII, porque o “declínio industrial [...] já se sentia desde o início do século XVIII”.¹² É contrário à tese (principalmente de Pedreira 1994, 298) de que as invasões napoleônicas teriam prejudicado o desenvolvimento industrial português, enfatizando que a principal evidência da literatura utiliza dados nominais das exportações manufatureiras da balança de comércio de Portugal. Como teria ocorrido aumento de preços de 50% entre 1790 e 1805, seguido de relativa estabilidade, novo aumento a partir de 1809 e alguns anos depois deflação, não seria possível inferir a sua evolução sem um índice de preços.¹³

¹¹ Ibid., 138.

¹² Ibid., 145.

¹³ Ibid., 321, nota 111.

Mesmo considerando o índice de preços e inferindo um valor real, os resultados de Pedreira 1994 seriam no mínimo suavizados. Possivelmente o pico de exportações para o Brasil se manteria nos anos finais do século XVIII e as invasões teriam sim impactado no comércio e na indústria. As manufaturas representavam 35,6% das exportações de Portugal entre 1796 e 1806, sendo mais de 90% delas enviadas para o Brasil. Entre 1825-31 representavam 16,8% e apenas 4% das exportações em 1850 (Costa; Lains e Miranda 2014, 297-298).

As evidências empíricas apontadas no livro para sustentar que teria ocorrido desindustrialização em Portugal no século XVIII, causada pelo fluxo de ouro do Brasil, são as Figuras 19.¹⁴ e 20.¹⁵ A Figura 19 apresenta a relação entre preço de bens não transacionáveis e transacionáveis com a produção de ouro no Brasil. Para Palma, a entrada contínua de ouro do Brasil aumentou os preços dos bens não transacionáveis (carne e ovos) em relação aos preços dos bens transacionáveis (trigo, azeite e têxteis), incentivando a desindustrialização de Portugal.¹⁶ No entanto, há uma tendência na Figura 19 a favor dos preços dos bens transacionáveis antes da produção do ouro no final do século XVII. De 1780 a 1825, a relação de preços é bem próxima à do período inicial (o ano de 1650) da Figura. Ainda, a partir de meados do século XVIII (1750-1760) ocorreu uma queda da relação de preços não transacionáveis e transacionáveis devido à redução na produção de ouro, aumentando assim o preço relativo dos produtos transacionáveis de Portugal, que tenderia a favorecer os incentivos para a indústria do país, pelo mecanismo explicado pelo autor. Assim, se correta, a interpretação de Palma sobre o impacto negativo do ouro do Brasil para a indústria portuguesa parece fazer mais sentido apenas para a primeira metade do século XVIII e não para todo o século.¹⁷ A Figura 20 indica que a queda significativa da porcentagem da população que trabalhava fora da agricultura e, possivelmente na indústria, ocorreu entre 1800 e 1850 e não antes.

¹⁴ Ibid., 139.

¹⁵ Ibid., 141.

¹⁶ Ibid., 138.

¹⁷ O impacto para a economia como um todo na primeira metade do século XVIII foi positivo, como salientado por Palma, já que Portugal teve crescimento do PIB per capita de 1,8% ao ano entre 1711-1742, acima da Grã-Bretanha (0,6% no mesmo período) - revertendo a divergência iniciada no final do século XVII, segundo os dados do Projeto Maddison 2023 (Bolt e van Zanden 2024). Posteriormente, em meados do século XVIII, o próprio autor indica uma aceleração do crescimento populacional (Figura 2, 35), o que teria reduzido a renda per capita (Figura 7, 67; Tabela 2, 73).

Ainda, ao falar sobre o monopólio de comércio com o Brasil, Palma afirma que 43% dos bens enviados para a colônia eram de manufaturados em 1800, mas que grande parte desses produtos era de reexportações de têxteis ingleses, devido à debilidade da indústria portuguesa.¹⁸ No entanto, nas estatísticas das Balanças de Comércio de Portugal, as exportações de manufaturas “produtos de fábricas do Reino”, incluindo têxteis manufaturados em Portugal para o Brasil, eram maiores do que as reexportações (de outras localidades) de tecidos (linho, lã e seda) entre 1796 e 1831. As reexportações de tecidos foram superiores aos produtos de fábricas do Reino apenas entre 1806 e 1808. As importações de tecidos de algodão estrangeiros eram proibidas em Portugal até o Tratado de Comércio de 1810. Após esse período, Portugal reexportou manufaturados de algodão ingleses, mas nunca foram representativos.

A consequência política do ouro do Brasil na centralização do poder da Coroa teria possibilitado a ascensão da figura de Pombal. Ao contrário de parte da literatura que tem avaliação positiva das políticas de Pombal, o autor afirma que elas foram desastrosas para o desenvolvimento de longo prazo do país. A principal política teria sido a expulsão da Companhia de Jesus, ou seja, os jesuítas, por serem contra a monarquia absolutista e a centralização do poder, e com eles toda uma rede de ensino público, que acabou atrasando a educação no país. O autor atribui ao atraso educacional o principal entrave para o desenvolvimento econômico e a industrialização de Portugal. Ao contrário do que é difundido, o Estado Novo teria começado a reverter esse atraso.¹⁹ Assim, segundo Palma, a causa do crescimento da economia portuguesa após 1950 teria sido a industrialização, possível devido à alfabetização jovem da população, e a integração com a Europa e não com a África, o Império restante na época.²⁰

O ponto mais delicado do trabalho é não dar atenção, como possível causa do atraso português, à transição demográfica em Portugal tardia relativamente aos países desenvolvidos da Europa. Pelos dados do próprio autor, Portugal parece ter rompido a armadilha malthusiana apenas em meados do século XX. A riqueza gerada pelo ouro brasileiro não resultou em crescimento econômico sustentado, mas em aumento acelerado da população em meados do século XVIII,²¹ possivelmente consumindo a renda gerada

¹⁸ Ibid., 150.

¹⁹ Ibid., 229-230.

²⁰ Ibid., 242.

²¹ Ibid., 33-34.

após o fim do ciclo do ouro,²² como indicaria a teoria malthusiana para economias pré-modernas.²³ Até a recente divergência da Europa a partir do início do século XXI parece ter relação com questões demográficas que poderiam ser mais bem examinadas.

A maior contribuição de Palma parece ser o avanço na compreensão do mecanismo econômico que direcionou o ouro do Brasil para a Inglaterra, via Portugal, pelo menos até a década de 1760, quando a produção do ouro brasileiro e o comércio entre os países estavam em crescimento. Por fim, é necessário enfatizar que o livro é muito interessante. Dialoga com as referências acadêmicas recentes sobre Portugal e tem o mérito de valorizar a análise empírica, com louvável trabalho sistemático de construção de base de dados de renda, preços e salários, principalmente em conjunto com Jaime Reis.

Referências

- Arruda, José Jobson de Andrade. 1980. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática.
- Bolt, Jutta; van Zanden, Jan Luiten. 2024. Maddison style estimates of the evolution of the world economy: A new 2023 update. *Journal of Economic Surveys*. <https://doi.org/10.1111/joes.12618>. Dados disponíveis em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2023>
- Clark, Gregory. 2007. *A Farewell to Alms: a brief economic history of the world*. Princeton: Princeton University Press.
- Costa, Leonor; Lains, Pedro; Miranda, Susana. 2014. *História Económica de Portugal, 1143-2010*. 3. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, Leonor; Palma, Nuno; Reis, Jaime. 2015. The Great Escape? The Contribution of the Empire to Portugal's Economic Growth, 1500-1800. *European Review of Economic History*, 19 (1). <https://doi.org/10.1093/ereh/heu019>.
- Fragoso, João; Florentino, Manolo. 1993. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c.1790- c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- Fragoso, João. 1998. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Furtado, Celso. 2000. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Publifolha.

²² É interessante notar que o próprio autor, em um artigo em coautoria com Leonor Costa e Jaime Reis 2015, concluiu que o comércio intercontinental do Império teve uma contribuição positiva para o crescimento econômico de Portugal, mas não foi capaz de promover a “A Grande Escapada” para o desenvolvimento, que convergiria para o núcleo de países avançados e que as causas do atraso deveriam ser identificadas nas condições domésticas. A questão demográfica parece ser uma boa hipótese doméstica para Portugal.

²³ Uma abordagem moderna para essa explicação teórica pode ser encontrada em Clark 2007, cap. 2 e 10 e na “teoria do crescimento unificado” de Galor 2024.

Galor, Oded. 2024. Unified Growth Theory: Roots of Growth and Inequality in the Wealth of Nations. *NBER Working Paper Series*. Working Paper 33288. <https://doi.org/10.3386/w33288>.

Novais, Fernando. 1983. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec.

Pedreira, Jorge M. 1994. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel.

Prado Jr., Caio. 2000. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha.

Quental, Antero. 1871. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos*. Lisboa: Tinta da China. Edição de 2008.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados utilizados neste estudo estão disponíveis mediante solicitação ao autor. Dados adicionais e informações complementares também poderão ser fornecidos para fins de verificação ou replicação. A disponibilização está condicionada à inexistência de restrições de acesso público.

CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara não ter qualquer conflito de interesse.

EDITOR-CHEFE

Dante Mendes Aldrighi  <https://orcid.org/0000-0003-2285-5694>

Professor - Department of Economics University of São Paulo (USP)

EDITOR ASSOCIADO

Molly C. Ball  <https://orcid.org/0000-0002-4774-669X>